

1 ATA da 159ª Reunião – Quinta reunião ordinária da Comissão de Intergestores Regional Noroeste
2 Mato-grossense, realizada no décimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, no
3 Escritório Regional de Saúde de Juína. Após a conferência de quorum, a reunião foi aberta às nove
4 horas, conduzida pela Coordenadora da CIR NO - Ana Paula Marques Schulz. Estiveram presentes:
5 Secretária Municipal de Saúde de Castanheira e Vice-Presidente Regional do COSEMS/ Região
6 Noroeste Matogrossense - Sônia Aparecida Pereira, Secretária Municipal de Saúde de Aripuanã -
7 Valdeneia Dantas Jales Santos, Secretário Municipal de Saúde de Brasnorte - Cláudio Dantas da Silva,
8 Suplente da Secretária Municipal de Saúde de Colniza - Karla Marques Pinheiro, Secretário Municipal
9 de Saúde de Cotriguaçu - Paulino Alves de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde de Juína -
10 Agostinho Bespalez Filho, Secretária Municipal de Saúde de Juruena - Greicyleine da Consolação
11 Domingos Henrique e da Apoiadora Regional do COSEMS – Tânia Cristina Cardoso Eufrásio;
12 representando a SES/MT-ERS/JUINA: Juciane Alves da Silva, Nara Denise Anéas Mattioni, Ivanete
13 Márcia Wiebbelling Pagnussat, Kátia Costa Vital dos Santos e Geise Aparecida de Carvalho Vaz - em
14 substituição a Secretária Executiva da CIR NO. Ana Paula iniciou a reunião dando boas vindas e
15 agradecendo a presença de todos. Informou que a Celebração do mês é o dia quinze de julho - dia
16 internacional do homem e a importância de campanhas para conscientizar os homens sobre sua saúde.
17 Relatou a saída da servidora Susan Dignart secretária executiva da CIR NO e hoje substituída
18 temporariamente pela servidora Geise Vaz. Foi realizada a leitura da ata da quarta reunião ordinária por
19 Karla Marques Pinheiro, seguida por Maria Luiza Rudinik e por última por Ana Paula Marques Schulz.
20 Agostinho ressaltou a necessidade de alterar as representantes da AJES, Dulce Campanhoni e sua
21 suplente Sheila Cristina Silveira na composição do CIES NO, pois as mesmas já não se encontram na
22 instituição e Ana Paula esclareceu que a Coordenadora do Curso de Enfermagem solicitou a
23 permanência da representação que será encaminhado nome dos novos representantes. Após
24 esclarecimentos a ata foi aprovada por consenso. Ana Paula ressaltou que, o período de greve
25 inviabilizou a reunião do mês de junho, mas o Escritório Regional de Saúde de Juína em momento
26 algum causou prejuízo aos municípios e todos os itens solicitados foram atendidos como
27 medicamentos, vacinas, entre outros. Quanto à reunião da CIR do mês de junho, informou que foi
28 recebido um documento da vice-presidente regional do COSEMS solicitando a realização da reunião no
29 período da greve, Ana Paula informou que não conseguiu falar com Sônia, conversou com Agostinho e
30 questionou com Tânia - articuladora da região junto ao COSEMS, se havia algo urgente com
31 comprometimento de prazo, não sendo apresentadas pautas urgentes, a reunião foi cancelada. Os
32 trabalhos no setor da regulação também foram mantidos, apenas não houve a oficina planejada. Oficina
33 PPI: Juciane disse que apesar da greve fez o levantamento da PPI, mas ainda não se organizou com a
34 regulação, e em agosto ela estará de licença e haverá mudança do ERS. Ana Paula disse que a mudança
35 do escritório será na primeira semana de agosto, uma vez que precisa esperar prazo para ligamento de
36 internet, telefones. Ana Paula citou que Ivanete participou de um encontro em Cuiabá, mas Ivanete
37 corrigiu dizendo que a PPI apenas foi citada, não objeto de estudo, no encontro de controle e avaliação.
38 Juciane falou que a CIR de outubro coincidirá com as eleições municipais, o que pode prejudicar a
39 efetivação da PPI, porém no momento de transição de gestão, é essencial o conhecimento da real

40 situação em relação aos compromissos assumidos com os municípios. Reunião da Regulação Ana Paula
41 diz que foi nomeado o médico regulador Dr. Joaquim Delfino Neto Filho além da Dra. Hellen Susan
42 Cavichioli e foram nomeadas a Secretária Adjunta e Superintendente da Regulação Estadual. No dia
43 anterior à essa CIR, houve reunião entre os médicos reguladores, o secretário municipal de saúde de
44 Juína Agostinho e a diretora Ana Paula Marques Schulz neste escritório. Segundo Ana Paula há
45 dezesseis escritórios regionais no Estado e dezesseis realidades diferentes no processo de regulação. O
46 Hospital Municipal de Juína não é regional, apesar de atender toda a região e sim pertencente a
47 Secretaria Municipal de Saúde. Ana Paula relatou que no mês de agosto terá pauta extensa e temos que
48 trabalhar com todos os servidores da regulação de toda região, sendo necessário período específico para
49 este fim. Ivanete alertou sobre o período final do mandato da gestão municipal. Juciane lembrou que
50 geralmente os servidores são os mesmos, o que não inviabiliza a oficina. Agostinho diz que o médico
51 supervisor Dr. Wilson Assami elaborará um Boletim de Regulação que poderá ser bimestral ou
52 trimestral e passará em CIR detalhando todos os acontecimentos. Agostinho citou alguns exemplos
53 como um paciente do município de Brasnorte que sofreu luxação de ombro e não foi feita redução no
54 município de origem e veio de ambulância para retorno de ortopedia particular e, não atendendo os
55 protocolos de regulação, foi devolvido ao município de origem. Outro acontecimento é que a médica
56 reguladora foi xingada pelo enfermeiro o que a deixou abalada. Ana Paula alertou que a regulação é de
57 médico para médico; e na maioria está sendo regulado por enfermeiros ou agentes administrativo
58 lembrando que a regulação é feita dentro de hospital; comentou que um caso de regulação em Juruena
59 foi dito que não havia médico no local, daí vem a pergunta: não há médico no hospital? Ana Paula falou
60 que se for para mandar todos os pacientes para a referência não precisa do serviço de regulação.
61 Agostinho considerou relevante a preocupação do médico supervisor em propor um protocolo de
62 regulação aos municípios. Ivanete observou que a Oficina de Regulação programada é para abordar
63 procedimentos eletivos. Ana Paula comentou que a proposta é a vinda dos técnicos dos municípios para
64 tratar assuntos com a central da regulação do escritório regional de saúde de Juína. Todos os gestores
65 concordaram. Após discussões sobre as datas viáveis chegou ao consenso de que: a Oficina da
66 Regulação acontecerá nos dias dezesseis e dezessete até meio dia, na tarde do dia dezessete será a
67 Reunião da CIES e a CIR no dia dezoito podendo se estender até o dia dezenove. Recursos da Malária -
68 Ana Paula relatou como foi dito na reunião passada que o Estado fez divulgação de grandes valores de
69 repasse para serem divididos entre os cento e quarenta e um municípios, houve uma drástica redução
70 dos valores, cuja resolução foi discutida em CIB e a SES irá finalizar a portaria, sendo que, os
71 municípios contemplados da nossa região foram Aripuanã, Colniza e Juína. Recurso da CIR - Segundo
72 Ana Paula, nossa regional é a que tem mais dinheiro e a mais econômica, Brasnorte tem recursos do
73 ano dois mil e onze e o município de Juína dos anos de dois mil e treze. Lembrou que as mesas foram
74 feitas com recursos de Aripuanã, sendo seis mesas desmontáveis e uma mesa fixa. Brasnorte apresentou
75 o saldo de oito mil e duzentos e quarenta e cinco reais. Ana Paula comentou que há duas notas
76 pendentes do Restaurante Recanto Mineiro, o que resultaria a despesa em torno de um mil reais.
77 Apresentou uma solicitação para aquisição de equipamentos sendo: três estantes (prateleiras) de aço,
78 um arquivo de escritório com quatro gavetas, uma estação de trabalho com gavetas (escrevaninha em

79 “L”), uma cadeira de escritório tipo presidente (ergonômica) e um computador completo. O que foi
80 aprovado por consenso. Ana Paula disse que passará a Resolução aprovada para o município de
81 Brasnorte realizar o orçamento. UTI Diagnóstico e Imagem de Juína: Ana Paula citou que os repasses
82 para UTI não credenciadas são de um mil e duzentos reais por diária e no mês de maio saiu a portaria
83 da Secretaria Estadual de Saúde alterando o valor para um mil e quinhentos reais por diária para UTI
84 credenciadas. As empresas em processo de habilitação, em reunião em Cuiabá, fizeram a proposta de
85 também receber o referido um mil e quinhentos reais por diária, que em contato com a secretaria
86 adjunta, esta confirmou o acordo. Ana Paula continuou explicando que a UTI Diagnóstico e Imagem e
87 o Hospital São Lucas precisam ser vinculados um ao outro para oferecer leitos de retaguarda aos
88 pacientes. Ana Paula citou um caso ocorrido no final de semana em que um paciente do Município de
89 Brasnorte recebeu alta da UTI de manhã e às quatorze horas a ambulância veio busca-lo e o paciente foi
90 encaminhado diretamente ao Hospital Municipal de Brasnorte. Cláudio comentou ainda da pressão que
91 exerceram sobre o município para vir buscar este paciente. Ana Paula informou que o processo de
92 habilitação da UTI está em andamento e que vários documentos foram apresentados, sendo que a
93 servidora Geise fez um check list junto com a administradora da empresa apontando as pendências. Ana
94 Paula continuou dizendo que há sócios do Hospital São Lucas que não concordaram em ocupar os leitos
95 existentes como retaguarda, sendo que, para concluir a habilitação estão construindo um ala de
96 enfermaria exclusiva para pacientes da UTI. Segundo Agostinho em dois meses há a possibilidade de
97 fechar a UTI pois o Estado foi acionado pela Tribunal de Contas e está impedido de fazer pagamentos
98 administrativos. Agostinho comentou que não estão conseguindo cadastrar a UTI no CNES sem estar
99 vinculado ao hospital. Nara comentou que a UTI já tem o alvará sanitário do corrente ano, e observou
100 que as empresas UTI e Hospital São Lucas já possuem serviços contratualizados entre si (lavanderia,
101 farmácia). Juciane indagou se foi feito documento cobrando os pagamentos atrasados da UTI, Ana
102 Paula confirmou e informou que eles receberam três meses; os processos para pagamento dos meses de
103 abril e maio foram protocolados no dia quatorze de junho; e o mês de junho foi protocolado em onze de
104 julho. Agostinho relatou preocupação com a situação da UTI e o não entendimento entre os sócios.
105 Nara indagou se o escritório regional de saúde de Juína não poderia atuar nesse conflito, para mostrar a
106 importância desta UTI para região. Ivanete diz que concorda com Nara, e pede a diretora uma reunião
107 com todos os envolvidos, gestores e representantes da UTI e Hospital São Lucas, e lavrado em ata com
108 argumentação técnica. Juciane também concordou e ressaltou a necessidade da formalização desse
109 processo. Ana Paula falou que já chamou para conversar e o Dr. Cássio já veio representando as duas
110 empresas. Ivanete reforça a necessidade de reunião formal, pois agora é outro momento, outra
111 realidade, e o escritório precisa fazer o seu papel e indagou se esta indefinição deles foi documentada e
112 entregue para Secretaria Municipal de Saúde de Juína. Juciane sugeriu para próxima reunião a
113 participação de representantes da UTI e Hospital São Lucas e com Dr. Assami. Nara sugeriu a presença
114 de todos que respondem pelas empresas como a Sra. Carmem, Sra. Elda, Sra. Cristina e Dr. Cássio
115 Genaro. Ivanete lembrou para convidar o diretor clínico do Hospital São Lucas. Portarias nº 958 e nº
116 959/2016 - Ana Paula comentou que em relação às essas duas portarias relatadas na reunião passada, as
117 mesmas foram revogadas. Ana Paula disse que gostaria de fazer umas considerações. A primeira

118 consideração é quanto ao recebimento de pauta para reunião da CIR, como aconteceu com Brasnorte,
119 pois fica impossível receber pauta na noite anterior à reunião que foi aprovada pelo conselho Municipal
120 de Saúde de Brasnorte no mês de maio. Salientou que precisa respeitar o prazo para as pautas. Cláudio
121 respondeu que essa pauta passou pelo Conselho Municipal de Saúde e este inicialmente deu parecer
122 desfavorável, e resolvido esse impasse, veio o período de greve dos servidores públicos estaduais, não
123 havendo reunião de CIR e sua última semana foi intensa de serviços o que ocasionou esse atraso. Ana
124 Paula observou que ela e a secretária executiva da CIR não estavam em greve e mandaram três
125 documentos aos gestores que se houvesse demanda emergencial haveria reunião. Cláudio respondeu
126 que Brasnorte não tinha pauta concluída para o mês de junho. Sônia relatou que no grupo de gestores
127 foi falado que havia pauta de Juruena e Cotriguaçu, embora não emergencial. Regulação Médica: Ana
128 Paula explicou o conceito de regulação de urgência e emergência, quando o médico regulador verifica
129 se existe vaga ou leito disponível independente de ser regional, municipal antes de mandar o paciente
130 evitando conflitos com o médico solicitante. Agostinho disse que o monitoramento de vagas é realizado
131 duas vezes por dia, no Hospital Municipal de Juína e na UTI. Foram exemplificados alguns dos
132 conflitos que ocorrem entre os médicos solicitantes, os reguladores e as equipes que acompanham os
133 pacientes e que em virtude disso houve uma reunião como já citado acima entre os médicos
134 reguladores, o médico supervisor, a Secretaria de Saúde de Juína e a direção do ERS Juína onde foram
135 acordados alguns protocolos a ser seguidos, como por exemplo, que toda regulação deve ser feita de
136 médico para médico, que todos os pacientes devem vir acompanhados e que todos os pacientes devem
137 trazer documentos. Ivanete sugeriu fazer uma nota técnica com todas estas informações. Valdênia
138 sugere que os médicos leiam e deem ciência. Ana Paula citou que a regulação no caso do município de
139 Castanheira é diferente porque não tem hospital e sim um Pronto Atendimento onde não pode ter
140 internações e com isso encaminha mais para o município de Juína. Ana Paula continuou sua fala
141 solicitando que o município de Brasnorte faça uma reflexão pelo alto número de encaminhamentos.
142 Agostinho relatou que o médico regulador de Brasnorte ligou para Cuiabá pediu para mandar para Juína
143 um paciente poli traumatizado e o município de Brasnorte deveria estabilizar o paciente para
144 encaminhar a UTI em Juína devido a gravidade do mesmo, que infelizmente veio à óbito no trajeto o
145 que ocasionou discussões entre os médicos das cidades envolvidas. Ana Paula alertou que em período
146 eleitoral é preciso ter cuidado com notícias incorretas divulgadas na mídia, como por exemplo, que
147 existe UTI no Hospital Municipal de Juína ou que tem UTI móvel em Brasnorte. Juciane disse que tudo
148 depende de como está cadastrado no CNES. Agostinho ressaltou que todas as ambulâncias do SAMU
149 que não estão devidamente habilitadas pelo Ministério da Saúde terão que ser devolvidas ou o valor
150 correspondente, como aconteceu em Juara e em Alta Floresta. Felizmente em nossa região tudo está
151 devidamente habilitado. Karla perguntou sobre seu município de Colniza onde foi recebida uma
152 ambulância do convênio de renovação de frota. Agostinho orientou que a mesma ligasse para o
153 Ministério de Saúde e solicitasse uma cópia do termo do referido convênio. Karla disse ainda que em
154 Colniza há um furgão SAMU parado e perguntou o que deve fazer. Agostinho orientou que ela
155 descaracterize esse veículo antigo retirando o adesivo SAMU 192, pois ela é o que restou ainda da frota
156 que foi substituída ou renovada e poderá ser utilizada apenas como ambulância normal. Juciane alertou



157 para o registro de atualização da frota nova, chassis, no CNES e fundamentar no Conselho Municipal
158 de Saúde que estejam cientes e se respaldar sobre a renovação de frotas. Resolução nº 22/2016 que
159 dispõe sobre a alteração da composição da Comissão Intergestores Regional Noroeste Mato-grossense
160 do Estado de Mato Grosso –CIR-NO- e Ana Paula esclarece que o membro titular de Colniza é a Sra.
161 Jaqueline Martins de Souza e está vago a secretaria executiva da CIR NO devido a transferência da
162 servidora que ocupava o cargo, sendo aprovados por todos. Resolução nº 23/2016 Dispõe sobre a
163 homologação de aplicação de recursos de emenda parlamentar para aquisição de veículo para a Atenção
164 Especializada no município de Juruena e Ana Paula orienta que o trâmite é sempre pela CIR, pois o
165 prefeito de Juruena mandou documento para o governador e isto gerou um processo que irá passar em
166 diversas secretarias. Maria Luiza declara que o prefeito encaminhou sem a secretária dar seu parecer.
167 Aprovado por todos. Resolução nº 24/2016 Dispõe sobre a homologação da proposta de aplicação dos
168 recursos definidos por emenda parlamentar e destinados conforme o Termo de compromisso
169 estabelecido entre o Fundo Estadual de Saúde e fundo Municipal de Saúde de Cotriguaçu e Ana Paula
170 expõe que os recursos já estão no município desde o ano de dois e doze que serão para aquisição de
171 materiais de laboratório. Aprovado por todos. Resolução nº 25/2016 Dispõe sobre a homologação da
172 proposta de aplicação de recursos de Emenda Parlamentar para Aquisição de Equipamento/material
173 permanente, proposta no município de Brasnorte, Ana Paula explicou que são emendas de três
174 parlamentares cujo valor é de cento e cinquenta mil reais, totalizando quatrocentos e cinquenta mil reais
175 na aquisição de equipamentos nas Unidades básicas de Saúde: PSF Arco Íris, PSF Centro Brasnorte,
176 PSF Nosso Lar e PSF Rural de Brasnorte. Aprovado por todos. Agostinho deu um alerta a sobre o
177 cuidado com emendas parlamentares em período eleitoral pois podem responder judicialmente o
178 secretário e o prefeito. Informes: Relatório anual de Gestão Ana Paula informou que estão entregues os
179 relatórios de Aripuanã, Brasnorte, Juruena e Cotriguaçu e estão pendentes Juína e Colniza. Segundo
180 Ana Paula o município de Colniza até encaminhou a resolução mas o Conselho Municipal de Saúde
181 teve algumas dúvidas que precisam ser sanadas. Distribuição de talidomida/regularização das
182 Farmácias Municipais – Alimentação do SINAN Ana Paula comunicou que só teremos talidomida até o
183 mês de agosto e apresentou aos gestores uma cópia do ofício (junto aos documentos distribuídos)
184 direcionados à todos diretores dos escritórios regionais de saúde formalizando a informação. Ana Paula
185 lembrou que todos os pacientes que utilizam este medicamento precisam ser cadastrados. Nara relatou
186 que o médico prescritor e tem que estar cadastrado na VISA, sendo esta renovação cadastral anual,
187 assim como as farmácias básicas municipais dever ser credenciadas. Agostinho explicou que as
188 unidades dispensadoras podem ser UBS. Nara reforçou que pode ser USF ou hospital, ressaltando que
189 precisa haver em cada uma um farmacêutico como responsável técnico e o mesmo tem que estar
190 presente no local. Comentou também que visualizando o sistema SVS observa-se que há UBS
191 solicitando o credenciamento, mas que os pareceres não foram favoráveis, acredita-se que um dos
192 fatores seja a ausência do farmacêutico. Nara não aconselha fazer isto, cadastrar os UBSs, porque
193 poderá complicar o controle rigoroso da dispensação de talidomida e sugere apenas na Farmácia Básica
194 Municipal. Ana Paula expôs a complexidade da talidomida que perpassa várias áreas: vigilância
195 epidemiológica (o acompanhamento do paciente), pela vigilância sanitária (credenciamento das



196 unidades e cadastramento dos médicos) e pela assistência farmacêutica (entrega do medicamento) e
197 atenção primária (acompanhamento do usuário). Ana Paula também lembrou do comentário de Leda,
198 que precisamos nos habituar a pensar no paciente que necessita do medicamento, e lamenta saber que
199 algum paciente poderá não ter o medicamento em dois meses. Nara comentou sobre a solicitação de
200 croqui da unidade dispensadora e que o mesmo deve ter a metragem, desenho que o próprio
201 farmacêutico pode fazer, mas esclarecendo onde ficarão os móveis e os ambientes, portas, janelas,
202 aberturas, etc, destacando que o farmacêutico tem grande responsabilidade neste processo. Nara também
203 disse que o município de Aripuanã entregou os documentos e que veio a planta arquitetônica porque
204 ocupará salas da secretaria municipal de saúde. Nara continua dizendo que foi descentralizada a
205 inspeção sanitária em drogarias de nossa região e o próprio município emite seu alvará sanitário, desde
206 que existam condições sanitárias. Soros antivenenos Ana Paula relatou que nos meses de julho e agosto
207 do ano corrente o ERS não receberá os soros e sugeriu aos gestores que façam alertas para a população
208 sobre os cuidados necessários, principalmente na zona rural e uso de EPI, utilizando as mídias locais
209 nos municípios. Ana Paula enfatizou a necessidade de seguir rigorosamente os protocolos e dos casos
210 estarem devidamente registrados no SINAN, com as quantidades de doses utilizadas e as devidas
211 informações de estoque. Agostinho informou que a referência do Estado é o Pronto Socorro de Cuiabá e
212 há somente um médico responsável por essa área, questionou a dificuldade de encaminhar os pacientes
213 nos casos de acidentes com animais peçonhentos e comentou que na reunião da pré CIB do COSEMS
214 foi sugerido utilizarem os helicópteros da polícia para levar o soro, pois helicópteros não precisam de
215 pista iluminada e podem pousar em qualquer lugar. Segundo Ana Paula a previsão de reestabelecimento
216 dos estoques é de dois anos. Agostinho comentou que a ANVISA exige padrões internacionais no
217 Instituto Butantã, porém há soros utilizados no Brasil que não se usam em outros lugares do mundo.
218 Cláudio alertou que podem ocorrer óbitos. Atualização do cadastro no CNES - Ana Paula relatou que
219 há uma demanda judicial para que o SISREG esteja instalado e operacionalizado em todos os
220 municípios até o final do ano o que torna necessário que todos os profissionais estejam cadastrados no
221 CNES, para que efetue a regulação. Juciane alertou para os problemas que podem acarretar, como por
222 exemplo, os ACEs que desde março tem CBO definitivo e já foram enviados três ofícios e fica surpresa
223 quando o técnico verifica as atualizações do CNES e fala que não sabia e ainda pergunta se obrigado
224 fazer tal procedimento. Informou ainda que o CAPSI é um relatório exclusivo para os profissionais da
225 equipe saúde da família e é comparado com o CNES mensalmente, e conseqüentemente precisa enviar
226 o termo de compromisso dos profissionais, alterações que foram realizadas e atualizar o CNES. Juciane
227 relatou que nós como Escritório Regional não temos o poder de alterar o CAPSI e o CNES dos
228 municípios, e não temos interesse em prejudicar o município e sim assessorar, assim como ocorre com
229 o RPOM que todo mês vêm com um nome diferente, sendo que essas inconsistências de profissionais
230 poderá causar corte de recursos seja estadual ou do Ministério da Saúde. Juciane observou que existem
231 municípios que desde ano passado apresentam inconsistências, há técnicos com dificuldade de
232 entendimento e esclareceu que estamos à disposição para assessorar. Campanha nacional de
233 hanseníase, geohelmintíase, tracoma e esquistossomose em escolares 2016 - Ana Paula esclareceu que
234 a servidora Leda responsável pela campanha está de férias mas mandou orientações por e-mail e há

235 uma nota técnica na pasta da reunião da CIR. Prosseguindo, Ana Paula comentou sobre os ofícios
236 recebidos do município de Brasnorte, sendo um, referente aos soros antivenenos, sendo que a questão
237 foi esclarecida nesta reunião, e outro onde uma médica assistente questionou o encaminhamento de um
238 paciente (regulação) sem acompanhante e Ana Paula reforçou que, conforme foi discutido na reunião
239 CIR n.º 157, de acordo com os protocolos estabelecidos, a UPA não irá receber os pacientes
240 desacompanhados. Ivanete reforçou a necessidade real do protocolo regional de regulação. Agostinho
241 comentou se o paciente tem família e a família não quiser acompanhar, temos que denunciar. Informes
242 do COSEMS - Sônia informou que na reunião do COSEMS foi apresentada uma reflexão da acerca dos
243 custos do transporte dos pacientes para exames, como tomografia em Cuiabá, ressaltando a necessidade
244 da descentralização para oferecer esses procedimentos mais próximo dos pacientes. Sônia comentou
245 que Flávia, Diretora do CRIDAC, queria aprovação de uma campanha de prótese e órtese na baixada
246 cuiabana e houve um desabafo de um gestor que relatou que o CRIDAC não “ajuda ninguém” e a
247 reunião ficou tensa com manifestações de ambas as partes – de gestores municipais e servidores do
248 CRIDAC. Agostinho relatou o conteúdo dessa discussão, sendo inadmissível a Diretora falar que tudo
249 está a mil maravilhas sendo que, ainda há entrega de cadeiras de rodas para vereadores e a secretaria
250 municipal de saúde fica sabendo pela mídia; a infraestrutura do CRIDAC está muito deficiente e
251 querem habilitar serviço novo, sendo que não temos eficiência dos serviços já ofertados. Sônia
252 informou que os municípios de Aripuanã, Colniza e Juína irão receber recursos referente a Malária e
253 logo irá sair a portaria. Sônia também confirmou a informação dada pela Ana Paula da falta do soro
254 antiofídico e ressaltou a importância de ir a mídia com orientações para prevenção de acidentes.
255 Destacou sobre a ferramenta de auxílio do último mandato, onde só o gestor entrando com seu CPF
256 consegue acessar e o COSEMS dispõe de um técnico – Adriano, coordenador de Mato Grosso, para
257 assessorar os municípios. Sônia relatou que se os municípios forem habilitar serviços novos, não irão
258 receber recursos do Ministério da Saúde neste ano e deverão ser custeados com recursos próprios. Com
259 relação ao Telessaúde, Sônia disse que Valdelírio apresentou novos serviços oferecidos, sendo que os
260 casos encaminhados via telessaúde (teleregula) passam por primeira avaliação do especialista e caso o
261 encaminhamento seja necessário a regulação segue via telessaúde. Ana Paula complementou que o
262 servidor Sérgio sempre envia informações por e-mail sobre as atualizações e inovações ofertadas pelo
263 Telessaúde. Sônia informou que foi aprovada a resolução *ad referendum* para construção do Hospital
264 Municipal de Juína com o repasse de oito milhões de reais pelo Ministério da Saúde e a contrapartida
265 do município será de setecentos e setenta e dois mil e quatrocentos reais. Sônia comunicou que o
266 Hospital Otorrino de Cuiabá está habilitado para implante coclear no estado de Mato Grosso e com isso
267 diminuirá os encaminhamentos via TFD - tratamento fora do domicílio. Ana Paula informou que
268 estamos enfrentando sérios problemas de alimentação dos relatórios da Vigilância Ambiental, sendo
269 necessário manter os serviços e tem que fazer o LIRAA. Os ACS/ACE receberam incentivo por quatro
270 meses, isto é, até maio, mas ação deve ser contínua e não apenas neste período. Agostinho observou
271 que o decreto foi diante de uma ação de emergência, consequentemente só neste período, e com seu
272 término, a função fica apenas aos ACEs. Paulino também comentou a ação dos ACS e ACE como
273 medida provisória para entrada nos domicílios e Juciane reforçou que esta agora é lei. Ana Paula, então,

274 disse que irá verificar melhor seu entendimento. Sônia alertou aos gestores que tenham cuidado com os
275 recursos financeiros com portarias específicas e observem com o setor de finanças certificando seu
276 destino, pois se houver erros, serão os gestores e prefeitos que responderão judicialmente. Agostinho
277 falou que a implantação do SISREG deve ser efetivada até o final do ano, e o COSEMS se antecipou e
278 capacitou técnico para percorrer o Estado assessorando os municípios, mas até o momento a SES não
279 deu treinamento e ficarão aguardando. Agostinho comentou sobre o SIOPS que parece um emaranhado
280 de fios, e informa que o COSEMS pediu auxílio para AMM para que não ocorra o bloqueio do FPOM –
281 Fundo de Participação Orçamentária Municipal. Comentou que Beth, técnica do COSEMS, elaborou
282 um QDD – Quadro de Descrição de Despesas compatível com o SIOPS que foi disponibilizado para
283 todos os municípios, sugerindo que os gestores trabalhem com o setor da contabilidade de cada
284 município no programa, pois a não alimentação do SIOPS acarreta perda de recursos. Lembrou ainda
285 que a Lei número cento e quarenta e um é clara com relação aos recursos, e a secretaria municipal de
286 saúde tem que responder pelos seus atos. Sônia alertou com relação ao SIOPS que muitos gestores não
287 estão acompanhando a alimentação do mesmo, porque é algo complexo e precisa de conhecimento de
288 contabilidade. Agostinho falou sobre CNES, afirmando que há médicos que estão cadastrados com
289 vários vínculos, havendo glosas na produção e advertências no sistema. Destacou-se que os médicos da
290 estratégia da saúde da família não podem dar plantão no hospital e que os conselhos profissionais estão
291 fiscalizando estes vínculos e a legalidade das responsabilidades técnicas. Juciane lembrou da portaria
292 cento e trinta e quatro do ano de dois mil e onze, nos seus artigos três e cinco, que fala sobre vínculos
293 dos profissionais – sendo que o máximo permitido são três vínculos públicos ou cinco particulares para
294 médicos, divididos em carga horária de 64 (sessenta e quatro) horas semanais. Sônia questionou se a
295 responsabilidade técnica nas UBS é exclusiva dos profissionais enfermeiros. Juciane esclareceu que
296 repensabilidade técnica é uma coisa e coordenação de UBS é outra coisa e que todo profissional tem
297 responsabilidade técnica de seus atos e pelos seus auxiliares. Nara também questiona como seria a
298 responsabilidade técnica perante os cadastros da Vigilância Sanitária. Agostinho informou que cada
299 UBS deve ter um coordenador seja ele o médico, o enfermeiro ou um agente administrativo e o
300 município pode ter também um coordenador de Atenção básica que seja documentado por uma portaria
301 interna. Nara destacou a necessidade de se observar a carga horária dos profissionais concursados em
302 serviços públicos para 40 (quarenta) horas e que respondem com responsáveis técnicos em serviços
303 privados, gerando incompatibilidades de horários. Juciane alertou que não é aconselhável que uma
304 enfermeira responsável técnica e/ou coordenadora de uma UBS seja também coordenadora das demais
305 UBS. O ideal é que o coordenador da atenção básica articule com todas as UBS e amplie as estratégias
306 de trabalho. Finda a pauta, Eu, Geise Aparecida de Carvalho Vaz, secretariei em substituição esta
307 reunião e lavrei a presente ata que contém 8 (oito) páginas e 312 (trezentas e doze) linhas, e que vai
308 assinada por mim, pela Coordenadora da CIR - Ana Paula Marques Schulz e Vice-presidente Regional do
309 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso - Sônia Aparecida Pereira.
310 Secretária Executiva (substituta) da CIR NO _____
311 Coordenadora da CIR NO _____
312 Vice-presidente Regional do COSEMS _____